

5/6/2020

Mobilidade em bicicleta

MUBi propõe medidas de ação urgentes aos municípios portugueses

A MUBi – Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta apresentou aos municípios portugueses um conjunto de medidas de ação urgentes para transformação do espaço público e apoio da mobilidade ativa (caminhar e andar de bicicleta) para proteção da saúde dos cidadãos no pós confinamento da COVID-19.

Em comunicado, a Associação considera *“preocupante e surpreendente a inação do Governo português em estabelecer orientações e tomar medidas para proteção da saúde dos cidadãos nas deslocações e uso do espaço público, quando pede aos portugueses que voltem a muitas das suas atividades normais que garantem o funcionamento da sociedade”*.

Segundo a MUBi, *“governos como os de Espanha, França e Itália iniciaram planos e medidas imediatos para fomentar o uso dos modos ativos de deslocação na saída do confinamento”*, com destaque para o Governo francês que *“lançou um programa de emergência de 20 milhões de euros para incentivar o recurso à utilização da bicicleta”*.

Pelo contrário, *“o Governo português assenta a sua proposta de mobilidade do pós-confinamento no automóvel particular como alternativa à oferta limitada da rede de transporte coletivo”*, sublinha a MUBi, acrescentando que *“tal é não só insuficiente como compromete a necessidade de distanciamento social, a salubridade do ar das cidades, ou a mudança do paradigma de mobilidade, até ao confinamento, preso a um monopólio do uso do automóvel particular”*.

Neste sentido, a Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta propõe aos municípios portugueses *“um conjunto de medidas prioritárias, rápidas e de baixo custo, para apoiar e fomentar a utilização dos modos ativos de deslocação durante a saída do confinamento”*:

- A definição de corredores de saúde (*health corridors*), realocando espaço anteriormente do automóvel aos modos ativos, através do fecho de ruas ao tráfego motorizado ou da supressão de vias de trânsito ou lugares de estacionamento para o alargamento de passeios e criação de ciclovias, incentiva as deslocações a pé e em bicicleta e assegura o necessário distanciamento físico.
- A redução de velocidades e a fiscalização efetiva de comportamentos de risco na condução de veículos motorizados, como excessos de velocidade, estacionamento em locais de

passagem de peões (passeios e passeadeiras) e incumprimento das regras de ultrapassagem a ciclistas, reduzem o risco rodoviário para todos e facilitam o recurso aos modos ativos de deslocação.

- Planos de urgência de estímulo à mobilidade em bicicleta, parqueamentos seguros para velocípedes, gratuidade do uso de sistemas de *bikesharing*, ou mesmo campanhas de comunicação incentivando ao uso dos modos ativos, promoverão uma alternativa segura e saudável ao automóvel individual ao mesmo tempo que contribuem para o descongestionamento dos transportes coletivos.

A MUBi recomenda ainda aos municípios que tenham procedido à suspensão de tarifação de estacionamento o retorno imediato à tarifação normal, de forma a não incentivar o uso do carro, em especial dentro da cidade.

A Associação frisa, por último, que “*é urgente mudar o paradigma da mobilidade local em Portugal. É um imperativo de saúde pública, de sustentabilidade das cidades e de apoio às famílias e cidadãos na mitigação dos custos de mobilidade*”, cabendo aos municípios portugueses “*desempenhar com coragem exemplar este papel de mudança das suas cidades e territórios*”.

Por: Pedro Venâncio

Fonte: